

Alexandre Alves Costa
**Primeira anotação do
Curso de Arquitectura
de Coimbra**



Tentarei seguir, de forma pouco precisa, algumas datas e alguns textos que correspondem a momentos significativos do novo Curso de Arquitectura em Coimbra, o primeiro que surge, em Portugal, por iniciativa da Universidade e não por integração das antigas Belas Artes, como aconteceu em Lisboa e no Porto. Corria o ano de 1988.

A Coimbra que eu, vindo de outros lados, amava, aparecia-me, nessa altura, perdida e arruinada, a desfazer-se sem razão e a refazer-se híbrida e desconexa. Assim a comparei a Portugal inteiro num texto para a Via Latina de Maio de 1991 (Costa, 1991, pp. 304-306), a mesma que trinta anos antes publicava a “Carta à jovem portuguesa”, anunciando às *queridas colegas* a nova dignidade de assumirem a sua condição de iguais.

Como *rude amador de antigos sonhos* que sou, lembrei a cidade como a tinha vivido, cenário inesquecível de encontro, exaltação colectiva, capital das repúblicas da federação onde se construíam torres de assalto às muralhas das novas bastilhas, ao som das baladas do Zeca Afonso.

Anos depois, subi ao alto da enorme torre de Santa Cruz para espiar os movimentos de Almançor, e encontrei, presos à obra que produziram, os arquitectos que protagonizaram, em Coimbra, os avanços e recuos que, do manuelino ao chão, desenharam os caminhos de um Portugal venturoso nas rotas do mundo, humanista nas rotas da Europa já tridentina e daí neo-escolástico e inquisitorial, militar e expansionista ou, finalmente, nacionalista na austeridade da restauração.

Dirigi-me à rua da Sofia a tempo de ouvir o Horta Correia a explicar a consciência renascentista do valor demiúrgico do arquitecto que fez com que a arquitectura, para além de signo de poder, fosse, ao mesmo tempo, veículo e garante de transformações e reforma das instituições, tanto como das almas.

De facto, a partir da Reforma dos Estudos, contínuas e intensivas campanhas de obra construída, colocaram a questão não só da sua qualidade como, sobretudo, da sua eficácia. Aqui, não folgaram os mestres com habilidade ou mistério, acordados ao *bom senso* do gosto austero de um classicismo despido de qualquer ambiguidade pagã renascentista ou de tensão ou conflito maneirista.

Eram esses os tempos e eram duros, mais do que os de hoje, no Portugal democrático.

Salvou-os o saber do ofício, uns da construção, outros do desenho, outros da guerra, provavelmente tudo isto em cada um. A Coimbra que fizeram, seja arcaizante, conservadora ou de compromisso, é parte indissociável de uma das maneiras da arquitectura em Portugal. A Lisboa de Pombal é sua sucedânea, como lhe precede o processo de continuidade tipológica e construtiva do nosso românico e gótico.

Levantamos os olhos ao sol e vislumbramos o magnífico perfil do Colégio de Santo Agostinho, também conhecido pelo da Sapiência.

O espectáculo que se seguiu, desde a ruína da Torre de Santa Cruz ao Vale das Flores, e de regresso à Alta Universitária, fez-me sucumbir sob tristes presságios.

Mas a arquitectura não entrara definitivamente no rol dos valores culturais a proteger e a empreender? Ou estará Coimbra submetida a algum insondável desígnio divino? Será que um non de Deus bloqueia o seu projecto?

Ouvi, não sei vinda de onde, uma gargalhada sinistra: mas que projecto?

Tentei responder, defender da desonra, da vergonha, a cidade, a universidade... Não respondi, mas pensei: talvez um Curso de Arquitectura, porque sendo o seu objecto central ensinar Projecto, pode calar os que se andam a rir de Coimbra. Depositava, assim, na arquitectura e na institucionalização do seu ensino alguma esperança regeneradora.

O Núcleo de Arquitectos da Região de Coimbra tinha-se adiantado, propondo a criação do novo curso, ideia acolhida favoravelmente pelo Reitor Prof. Rui Alarcão, pelo Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Prof. Ribeiro Gomes, foi, até, apadrinhada pelo Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro. Alguém ou alguns, talvez o próprio Secretariado do Núcleo, ajudaram a construir o plano de estudos que, aprovado pelos órgãos de governo da Universidade, foi remetido ao Ministério da Educação.

Ainda em 1988 o próprio Núcleo organiza um encontro, largamente participado por especialistas, uns mais outros menos, para discutir qual deveria ser o perfil do arquitecto formado em Coimbra. Lembramos Silva Dias e Nuno Portas, mas o facto estava consumado e, quando se esperava que o Prof. Ribeiro Gomes prestasse alguns esclarecimentos sobre a concepção do novo curso, ele escusou-se em nome *do respeito institucional* a revelar mais pormenores para além do que já tinha dito: duração de cinco anos que compreenderão um tronco comum e três ramos de especialização no domínio da arquitectura e, ainda, que tinha sido decidido aproveitar algumas capacidades próprias da Faculdade. Muitos se ofereceram para colaborar, no futuro, com o novo curso, entre os quais o Prof. Fernando Távora, também presente na referida reunião.

A desilusão dos presentes foi grande, tendo dado origem a uma onda de suspeições que o discurso optimista de Teotónio Pereira, no encerramento do encontro, não conseguiu apagar. Existirão intenções menos nobres, nesta aparente generosidade por parte da FCTUC, em receber mais uma licenciatura, para além das dezasseis já ali ministradas? O Arq. Vasco Cunha mostrava-se satisfeito e foi o Núcleo de Arquitectos de Coimbra que veio a indicar, a pedido da Faculdade, o jovem licenciado João Mendes Ribeiro para integrar, como assistente, o novo corpo docente. Os primeiros alunos foram admitidos.

Os mais cépticos e, provavelmente, mais maldosos, sugeriam que se tratava, afinal, de tentar ampliar o mercado de trabalho para os engenheiros civis ameaçados, nessa época, de perderem alguns segmentos de mercado de trabalho a favor dos arquitectos, Com um bocadinho de desenho e algumas horas de projecto, os engenheiros ficavam, também, arquitectos!